

19.09.2018 – 10h40
RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **Federação Nacional das Associações Juvenis**
Tiago Manuel Rego (Presidente da Direção)

Recebida por: Grupo de Trabalho do Regime Jurídico do Associativismo Jovem

Exposição: O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho do Regime Jurídico do Associativismo Jovem, Deputado Diogo Leão, cumprimentou o Presidente da Direção da Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ), Tiago Manuel Rego, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Representante da FNAJ para a intervenção inicial.

O Presidente da FANJ cumprimentou os Senhores Deputados e referiu, designadamente que as associações juvenis são espaços onde os jovens se juntam para resolver problemas sociais, criar novos projetos e inovar dentro daquilo que são a resolução dos problemas socais, tudo em busca de criar melhores condições para a sua comunidade.

Frisou que a participação dos jovens não se resume de forma nenhuma apenas à Lei do Associativismo Jovem, é muito mais transversal do que isso, falam desde políticas de habitação, políticas de emprego, educação. Portanto, assumir que com uma alteração da Lei do Associativismo Jovem se resolve a participação da juventude também será certamente uma falácia, é preciso fazer muito mais para que a juventude tenha condições para poder participar.

Transmitiu que face ao que também já foi expressado pela Federação das Associações do Distrito Guarda têm tido vários fóruns de discussão, sem dúvida que quanto à presença ou ausência do atual Secretário de Estado jamais poderiam classificar como ausência, é uma presença constante naquilo que são as atividades do movimento associativo juvenil. No entanto, o que o movimento se vem queixando é a ausência de disponibilidade para acolher as ideias, o que é bastante diferente.

Salientou que o que preocupa o movimento associativo tem a ver precisamente no que diz respeito à alteração de uma lei que deveria conter alterações substanciais e naquele momento o movimento olhando para aquilo que respeita diretamente ao movimento associativo juvenil não as encontra.

No que diz respeito às questões fiscais, referiu que a consignação do IRS é uma boa medida. No entanto, pouco ou nada vai auxiliar aquilo que é o crescimento do tecido associativo.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Margarida Balseiro Lopes (PSD) Diogo Leão (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Amadeu Soares Albergaria (PSD) que agradeceram a exposição, tendo ainda colocado algumas questões, mormente sobre:

- Relativamente à questão da idade se têm alguma opinião;
- Se a FNAJ foi envolvida na proposta de lei, se a FNAJ foi envolvida na criação de critérios, em propostas de redação, isto é, desse ponto de vista não meramente do ponto de vista de comentar uma coisa que já está feita ou uma proposta que já está submetida.

Em resposta, o Presidente da FNAJ referiu, nomeadamente que relativamente à questão da idade do Presidente, a FNAJ considera que é uma ingerência dizer que o Presidente duma associação juvenil tem de ter 30 anos ou tem de ser do sexo masculino ou feminino, ou tem de ser de etnia x ou y, ou tem de ter estas características ou aquelas, isto para a FNAJ é uma ingerência àquilo que é a democracia.

A gravação áudio da audiência encontra-se disponível na [página internet do Grupo de Trabalho](#).

Palácio de São Bento, 19 de setembro de 2018

A assessora

Inês Cadete